

UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS
INSTITUTO DE ESTUDOS TECNOLÓGICOS

AMILTON TEIXEIRA DA CRUZ

MOVIMENTOS NATURALISTAS

Juiz de Fora - MG

Outubro de 2004

AMILTON TEIXEIRA DA CRUZ

MOVIMENTOS NATURALISTAS

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Tecnologia Superior em Meio Ambiente do Instituto de Estudos Tecnológicos da Universidade Presidente Antônio Carlos como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Meio Ambiente.

Juiz de Fora – MG
Outubro de 2004

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1 - NATURALISTAS NO BRASIL.....	06
2 - MOVIMENTOS NATURALISTAS.....	10
2.1 - Movimentos Ecologistas nos anos setenta.....	11
2.2 - Movimentos Educativos – ambientais.....	13
2.3 - O Educativo ambiental e o consumo: instituindo valores.....	18
3 - FALÁCIAS NATURALISTAS.....	22
4 - MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA.....	25
5 - A MÍDIA COMO VEÍCULO DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL.....	28
6 - MEIO AMBIENTE E LEGALIDADE.....	30
7 - MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	34
CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute alguns dos aspectos mais recorrentes nos discursos ambientalista; ou seja, as dificuldades de sua migração da teoria para a prática e, o que é mais importante nesse debate, os limites inerentes daquilo que se está propondo.

A importância dessa discussão repousa no desgaste observado por inúmeras iniciativas que se empenham a favor de uma transformação ambiental, as quais, mesmo que corretamente apoiadas na constatação de uma crise sem precedentes, seja em abrangências, seja em profundidade, parecem decepcionar-se frente aos resultados obtidos.

Poder-se-ia avançar aqui no detalhamento da representação política que essas iniciativas (levadas a cabo por movimentos ambientais das mais diversas concepções) contam junto às estruturas de poder decisórios de governo ou econômicas. Evidentemente, o fato de tais movimentos não contarem, ainda, com uma participação efetiva junto a essas estruturas os obrigam a participar de forma marginal, sobretudo por meio de denúncias, e portanto de modo limitado naquilo que diz respeito ao processo decisório propriamente dito. Tal fato, de ordem político-representativa, fragiliza de forma ostensiva a ação desses movimentos.

Poder-se-ia discutir também, a história relativamente recente desses movimentos, ou da explicitação da preocupação com aspectos ambientais da maneira como os entendemos hoje. Se podemos observar manifestações de combate à degradação ambiental, ou então de defesa por padrões de relacionamento homem/natureza menos contraditórios na história, esses são de caráter pontual e, o que importa aqui, diferenciam-se daquilo que constitui a essência das preocupações contemporâneas. Assim, aquilo que reconhecemos como manifestações de um movimento ecológico contemporâneo teria uma história que não vai além dos anos 50, com um comprovado atraso nos países em desenvolvimento. É certo que a curta historicidade do desejo de

transformação ecológica estaria também contribuindo para a fragilidade dos resultados até então obtidos, ou, colocado isso de forma mais pessimista, para o agravamento mesmo da situação ambiental.

Entretanto, o que se quer discutir agora são os aspectos que, constituindo-se na essência do desejo transformador do ambiente em que se vive, contêm limitações que lhe são inerentes e que agem no sentido da não efetivação dos mesmos. Especula-se pois que muitos dos princípios sobre os quais estariam apoiadas a idéias de transformação, paradoxalmente, impõem sérias limitações a esses mesmos objetivos. Desse modo, sem desconsiderar a curta historicidade da preocupação contemporânea com o meio ambiente e a frágil inserção da perspectiva ambiental nos processos decisórios da sociedade, o que será discutido neste trabalho se refere a existência de fatores que talvez justificassem melhor a limitação dos resultados até então obtidos, não deixando de estar direcionado um olhar positivo nas diversas iniciativas que vêm sendo tomadas a favor de preservação da natureza, sendo ela a única fonte de vida.

1 - NATURALISTAS NO BRASIL

Os naturalistas que vieram ao Brasil no século XIX haviam tomado a difícil decisão de viajar, pois além dos perigos da viagem, a comunidade científica não era unânime quanto à valorização do trabalho do viajante. Muitos dos mais importantes naturalistas europeus nunca viajaram, para esta função treinava-se jardineiros-coletores, desenhistas, pintores e preparadores de animais que acompanhavam ou substituíam os próprios naturalistas.

O exemplo mais conhecido do pesquisador que defendia a viagem como parte indispensável foi Alexander von Humboldt. Acreditava que as impressões estéticas vivenciadas pelo viajante, fazia parte da atividade científica e não podia ser substituída por descrições ou amostras destacadas dos lugares de onde foram tiradas.

Alguns dos viajantes-naturalistas que vieram ao Brasil e foram influenciados por esta idéia de Humboldt, como Martius e Saint-Hilaire, optaram pelas expedições, pelo simples fato de “ver com os próprios olhos” e assim produzir ciência *in loco*.

Muitos cientistas vieram ao Brasil e cada um deixou uma importante contribuição científica retratando o ambiente, a história e os costumes de nossos povos.

Langsdorff esteve aqui em 1803, retornou em 1813 como cônsul da Rússia. Em 1820 foi encarregado pelo governo Russo a organizar uma expedição científica, a qual fizera parte Riedel e Freyreiss. Esta missão organizou um herbário com 60000 exemplares que foi levado para São Petersburg, hoje Leningrado.

Sellow nasceu em 1789 na Alemanha, conheceu Humboldt e Langsdorff, veio jovem para o Brasil e com recursos financeiros dos dois amigos pode desenvolver suas pesquisas. Foi Sellow o botânico que forneceu maior quantidade de material utilizado na *Flora Brasiliensis* de Martius.

Maximiliano, um naturalista possuidor de recursos financeiros, viajou pelo Brasil de 1815-1817. Em 1820 publicou "Reise nach Brasilien", retratando a flora e a fauna, com várias ilustrações de próprio punho.

Na mesma época, Auguste de Saint-Hilaire, por influência de Conde de Luxemburgo, permaneceu no Brasil de 1816-1822. Além de coleta de material zoológico e botânico, contribuiu com observações da geografia humana, história e etnogeografia. Uma de suas obras mais famosas é a *Flora Brasiliae Meridionalis*, em colaboração com Jussieu e Cambessedés.

Em uma passagem nos relatos de suas expedições, Saint-Hilaire retrata a diversidade da Mata Atlântica:

"nada aqui lembra a cansativa monotonia de nossas florestas de carvalhos e de pinheiros; cada árvore tem, por assim dizer, um porte que lhe é próprio; cada uma tem sua folhagem e oferece freqüentemente uma tonalidade de verde diferente das árvores vizinhas. Vegetais, que pertencem a famílias distantes, misturam seus galhos e confundem suas folhas".

Documentou também a extensa devastação feita em nossas matas pelo homem branco, referindo-se ao fato de que as pastagens são queimadas anualmente a fim de se obter erva fresca para o gado e que os fornos de Ipanema eram aquecidos com toras de peroba.

Até o presente momento, estes trabalhos foram relevantes para a flora brasileira, porém a obra mais extensa e de maior importância para o Brasil, no que diz respeito a sua vegetação, foi a de Carl Friedrich Phillipp von Martius. Martius nasceu na Baviera em 17 de abril de 1794, veio ao Brasil integrante de uma comitiva de sábios reunidos para acompanhar D. Leopoldina, a Arquiduquesa que havia contratado casamento com Pedro I, herdeiro da coroa portuguesa.

Os pesquisadores chegaram ao Brasil em 15 de julho de 1817 e iniciaram imediatamente suas expedições pelas matas de Santa Tereza, Tijuca e Niterói. Posteriormente, expandiram suas coletas e observações por todo o Brasil durante 3 anos. Martius à Europa com 26 anos de idade e iniciou o estudo do vasto material coletado, publicando vários trabalhos em parceria com

diversos pesquisadores. Além da taxonomia de plantas superiores escreveu também sobre nossas plantas medicinais, criptógamas, observações fitogeográficas, questões etnogeográficas, assuntos linguísticos, costumes indígenas e organizou um mapa fitogeográfico do Brasil.

Em Martius, a profusão de registros parece necessária para decodificar as sensações vividas nessa Atlântida, como diz, nesse mundo perdido, redescoberto por Colombo e pela botânica:

“o peregrino sente-se aqui ao mesmo tempo elevado e inquieto. Os horrores da solidão destas sombrias trevas da floresta unem-se ao gozo duma contemplação tão estranha, e com a admiração e a veneração do Onipotente que criou aqui, diante dos nossos olhos, um novo mundo, que nos fala em linguagens antes nunca sentida e nos revela com magia, mesmo na vida modesta do silencioso reino das plantas, o vigor e a majestade de sua criação.”

Influenciado por Metternich, Chanceler da Áustria, o imperador desse país e o rei da Baviera se interessaram pelo trabalho do ilustre botânico e em 1840, foi publicado o primeiro fascículo da *Flora Brasiliensis*, no formato definitivo como hoje a conhecemos. Endlicher auxiliou Martius na direção dessa obra até sua morte, em 1849. Martius faleceu em 13 de dezembro de 1868 com 74 anos de idade, quando já haviam sido publicados 46 fascículos dessa obra, contando com descrições de 10000 espécies, ilustradas em 1100 estampas. Eichler substituiu Martius na direção da obra até 1887, quando também faleceu. A Urban coube terminar a publicação, a base de toda a botânica sistemática brasileira. No total, exigiu-se 66 anos de intenso trabalho com colaboração de 65 botânicos de vários países. Conta com 130 fascículos reunidos em 40 volumes *in-fólio*. Estão descritas 20000 espécies, sendo 6000 espécies desconhecidas na época, com mais de 3000 estampas. Nenhum outro país pode orgulhar-se de possuir trabalho de tamanha importância sobre sua vegetação.

Dusén nasceu na Suécia e veio para o Brasil em 1901 como assistente da Seção de Botânica do Museu Nacional. Fez várias expedições pelo estado do Paraná, onde organizou um herbário.

Hoehne, mineiro de origem humilde não ultrapassou o nível secundário, porém fez parte e liderou diversas expedições científicas. Sua ambição era escrever uma obra como a *Flora Brasilienses*, chegando mesmo a publicar vários volumes da *Flora Brasílica*.

Muitos outros naturalistas também estiveram aqui com expedições mais restritas, mas também de grande importância. Podemos ressaltar Poeppig (1831-1832), dedicou-se a flora amazônica. Gardner, botânico inglês chegou ao Brasil em 1837, explorou as matas da Tijuca e a Serra dos Órgãos, expandindo mais tarde suas coletas. Regnell, nascido na Suécia em 1807, veio para o Brasil em 1840, patrocinou expedições com Loefgren, Lindman e Malme. Barbosa Rodrigues nasceu em 1842 em Minas Gerais, estudou a flora de vários estados, fundou o Museu Botânico que dirigiu até 1889, no ano seguinte foi nomeado Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Outros botânicos como Hermann von Ihering, Pilger, Taubert, Leônidas Damásio, Lutzburg, Schlechter, Pacheco Leão, Wettstein, Alberto Loefgren, além de outros não citados, também tiveram grande contribuição em pesquisas relacionadas com a flora brasileira.

2 - MOVIMENTOS NATURALISTAS

Os primeiros movimentos para a preservação de áreas naturais surgem na Europa, na segunda metade do século XVII, como reação à degradação do meio ambiente provocada pela revolução industrial. No século XIX são criados os primeiros parques nacionais nos EUA, Austrália e Nova Zelândia, por pressão da sociedade. Movimentos ambientalistas mais amplos começam a organizar-se apenas neste século, a partir da década de 60. Os avanços na tecnologia espacial permitem detectar as grandes alterações ambientais em curso no planeta. Com base nos dados colhidos por satélites, cientistas fazem projeções que apontam um futuro negro para as novas gerações: grandes áreas transformadas em desertos e outras desaparecendo sob inundações, falta de alimentos, atmosfera contendo venenos e radiatividade. O rápido incremento demográfico, a urbanização acelerada, a deterioração da qualidade de vida nas cidades e a maior demanda por alimentos apontam para a super exploração dos recursos naturais e o aumento das desigualdades entre nações ricas e pobres.

A partir dos anos 60, as informações sobre as ameaças ao planeta espalham-se rapidamente. Cresce entre as populações a noção de equilíbrio ecológico e a consciência sobre a necessidade de preservar os recursos naturais e os ecossistemas. Surgem diversas associações interessadas na preservação ambiental, hoje chamadas de organizações não-governamentais (ONGs): entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, que atuam como grupos de pressão frente aos governos, empresas e organizações políticas internacionais. Uma das mais antigas é o Fundo Mundial para a Natureza (World Wildlife Fund), criado em 1961. Com sede na Suíça, é integrado por organizações de 27 países e 40 milhões de sócios individuais no mundo inteiro. O Greenpeace (Greenpeace International) é uma das mais conhecidas. Fundado em 1971, com sede

na Inglaterra, organiza protestos pacíficos no mundo inteiro contra testes nucleares, caça predatória e demais formas de destruição dos recursos naturais. O movimento ecológico também se institucionaliza em partidos políticos, os Verdes, que disputam eleições em vários países do mundo, inclusive no Brasil.

2.1 - Movimentos Ecologistas nos anos setenta - Ideais Educativos

A década de setenta foi um período onde as ações de defesa ambiental se tornaram mais visíveis e disseminadas nas sociedades. Muitos estudiosos/as analisam essas ações constituindo-as como um movimento ecologista (ME) do qual participavam muitos indivíduos representantes de diferentes esferas do social. Uma interessante peculiaridade que diferencia o ME de outros movimentos sociais e políticos e, portanto, valoriza o seu processo de análise exatamente por ser singular, é a inexistência de um corpo social definido, ou seja, não há uma base objetiva forjada e instituída socialmente por suas lutas, ele é constituído através da interação de muitos corpos sociais, culturais e políticos de diferentes tipos de sociedade, regimes políticos e estilos de vida contemporâneos (Figueiredo, 1994).

Não há, assim como existe um corpo negro, homossexual, feminino, operário, indígena etc., um corpo ecológico, pois ele se configura a partir de um somatório de condutas, interesses e objetivos amplos que convergem em torno da questão ambiental. Sobre o termo “movimento”, Schimitt (1995, p.100) argumenta que pode ser entendido como uma ação organizada, “capaz de mobilizar diferentes forças sociais em função de interesses comuns, trazendo para a esfera pública questões que colocam em jogo diferentes projetos de sociedade”. Nesse sentido, é possível visualizar a década de setenta como o momento de emergência do “movimento

ecologista”, o que pressupõe entender, também, que os indivíduos a ele agregado compartilhavam idéias e executavam ações comuns.

A perspectiva pós-estruturalista , aqui retratada propõe operar uma análise deste momento considerado como de emergência do movimento ecologista, o que tem levado a problematizar as compressões que o caracterizam como fundamentado em propósitos únicos e convergentes - conforme sugere a própria definição de “movimento” apresentada anteriormente. Ou seja, passamos a entender que na década de setenta os propósitos e ações relativos ao ambiente não só se diferenciavam das iniciativas anteriores - que possuíam menor abrangências, tanto no que tange ao número de sujeitos que delas participaram, quanto a sua penetração e circulação nas instâncias sociais -, mas também compreendiam posicionamentos e propósitos múltiplos.

Disso decorreu a compreensão de que deveríamos passar a referir-nos a ela - a década de setenta - não como a época de emergência do movimento ecologista, mas dos movimentos ecologista.. Antes disso, no entanto, para melhor compreensão precisã-se , anteriormente, operar um deslocamento no próprio significado atribuído ao termo movimento para diferenciar as ações ocorridas neste momento (a década de setenta) das ações e lutas anteriormente encetadas para a defesa ambiental. O próprio fato de conceber a década de setenta como “a década do movimento ecologista” já implica em um entendimento de que há uma ruptura com momentos anteriores.

Schmitt (1995) argumenta que na década de setenta constituíram-se outros modos de realizar ações em defesa do ambiente e destaca que os movimentos desta época constituíram - ao assumirem posições críticas em relação aos modos de vida da civilização urbano-industrial - um leque muito maior de contestações do que os anteriores, entre os quais estão: o combate às inúmeras formas de poluição ambiental e ao uso de agrotóxicos - aspectos que até então não haviam sido questionados. Além disso, compartilhamos com a autora a idéia de que foi também

nesse momento que a Ecologia passou a ser concebida como a Ciência da sobrevivência humana, a partir da qual passou-se a postular a idéia de existência de uma nova moral - a ecológica.

Parece-nos importante referir, agora, as contribuições trazidas pelo trabalho de Carvalho (1997) que analisa os movimentos ecológicos da década de setenta, situando-o sem relação a outros movimentos de contestação contemporâneos a eles. Ela os vê constituírem-se posteriormente à emergência dos movimentos feministas, pacifistas, hippies etc - movimentos de contracultura muito visíveis a partir da década de sessenta - e associa as raízes ideológicas dos movimentos ecologistas a estes movimentos ao considerar que todos eles compartilhavam a idéia de contestação das noções de progresso, de industrialização e de consumo.

Embora concordamos com as posições de Carvalho (ibid.), pensamos que constituir tais movimentos como contestatórios diz respeito, apenas, a desenredar um dos fios - as contestações ao consumo, por exemplo - dentre os muitos outros que compuseram os ideais educativos atrelados ao ambiente - que chamaremos de educativo-ambiental - naquela década. Enredadas nesta trama estão outras problemáticas como as que dizem respeito à participação das mulheres, às contribuições da Ciência e às questões étnicas.

2.2 - Movimentos educativos-ambientais

O termo *educativo-ambientais* se refere aos ideais educativos defendidos pelos movimentos ecologistas na década de setenta. Esta categoria foi construída em razão da impossibilidade de se falar em educação ambiental naquela época. Apenas posteriormente a educação ambiental se constituiu como um campo de estudos e práticas.

A partir de Grün (1995), foram abordos acontecimentos daquela época tentando mostrar a importância dos discursos circulantes na constituição do educativo-ambiental. Na visão dos/as

militantes dos movimentos ecologistas nos anos setenta, o processo de emergência “do movimento ecologista” iniciou-se no ano de 1971 com o surgimento da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Tal compreensão vinculou os movimentos surgidos posteriormente a esta data, à influência das ações da AGAPAN. Relativizamos esta influência ao argumentarmos que os diferentes movimentos emergentes naquela década também foram constituídos pelo que Grün (1995) chamou de discursos que confluíram de práticas discursivas eco-matemáticas de mensuração da degradação ambiental - produzidas pelas Ciências - e das que disseminavam a idéia de que o planeta estaria caminhando para uma catástrofe de proporções irreversíveis se a degradação ambiental não fosse controlada imediatamente.

Estas práticas discursivas disseminavam-se por uma literatura circulante na época que mostrava, através de dados matemáticos, a insustentabilidade do planeta caso os modos de vida da sociedade urbano industrial continuassem sendo projetados por noções como progresso, industrialização e consumo.

A AGAPAN foi, sem dúvida, uma das entidades mais importantes surgidas naquela década. A ela agregaram-se efetivamente indivíduos que representavam diferentes grupos sociais. A entidade - cuja sede central localizava-se em Porto Alegre - expandiu-se sob a forma de unidades regionais organizadas no interior do Estado, sendo que estes núcleos posteriormente desvincularam-se dela e passaram a constituir movimentos independentes.

Talvez isto tenha ocorrido devido à pluralidade dos sujeitos que deles participavam - visto que agregavam sujeitos com participações e interesses bastante diversos. A AGAPAN reunia pessoas que participavam de uma associação de naturalistas que desenvolviam ações no intuito de viver em contato com a natureza; professores universitários e cientistas que desenvolviam ações no campo da Botânica, da Química, da Física, da Agronomia etc; estudantes universitários de várias áreas acadêmicas e estudantes secundaristas;

Foram realizadas coletas de depoimentos orais com alguns dos sujeitos considerados precursores do processo de emergência dos movimentos ecologistas no Rio Grande do Sul nos anos setenta.

Uma outra entidade importante na década de setenta foi a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG). Atuante desde a década de sessenta, esta entidade estava inicialmente voltada apenas às mulheres, “donas de casa”, residentes nas periferias de Porto Alegre, para as quais realizava ações que compreendiam o ensino de alguns trabalhos manuais com o intuito de auxiliá-las a melhorar o orçamento familiar. Além disso, a entidade promovia palestras educativas, organizava atividades de formação cívica e diversas ações de caráter assistencialista - todas desenvolvidas junto a clubes de mães. A partir de 1974, no entanto, a ADFG instituiu um setor de ecologia que se transformou, posteriormente, no principal desencadeador das ações da entidade. Em 1981, a entidade tornou-se membro do grupo “Friends of the Earth International” incorporando à sigla ADFG o nome: Amigos da Terra.

Pelo que foi pesquisado, até meados da década de setenta as ações ambientais desenvolvidas no Estado resumiam-se a estas duas entidades. Segundo um panfleto editado por elas em 1978, a AGAPAN e a ADFG haviam convocado uma “operação” com o intuito de denunciar e exigir providências do governo federal sobre um grande derramamento de produtos químicos em mares do sul do continente Americano. Este desastre ecológico afetara praias ao sul do Estado, tendo sido provocado por um navio que estava há sete anos encalhado nas imediações do município de Chuí/RS. A ação organizada intitulou-se “Operação Hermenegildo: Movimento Unificado para Salvar o Ambiente Natural” e, segundo os/as depoentes, ela foi a impulsionadora do surgimento de outras entidades ecologistas e a desencadeadora do crescimento das já existentes.

Para os/as depoentes, muitas das entidades surgidas naquele momento foram efêmeras - constituídas em torno de lutas ou causas específicas - por isto, posteriormente, desarticuladas com facilidade. Como exemplo, eles/elas citaram as entidades que surgiram para contestar os efeitos poluidores da implantação da Borregaard - uma fábrica de beneficiamento de celulose pertencente a um grupo norueguês (atualmente Riocell) -, a implantação do Pólo Petroquímico no Estado, o uso de agrotóxicos nas lavouras etc.

Alguns outros movimentos como o Kaa-Eté - cuja expressão significa mata-virgem em tupi-guarani - constituíram-se posteriormente e tiveram a peculiaridade de se organizarem dentro da escola. Este movimento, além de realizar ações restritas às dependências da Escola Estadual Júlio de Castilhos - sua sede - cresceu em importância e passou a participar de ações conjuntas com os outros movimentos ecologistas, ganhando força e representatividade junto à própria AGAPAN.

É interessante destacar a intensa proliferação de movimentos ecologistas na década de setenta. A este respeito, é igualmente interessante ressaltar que os/as depoentes referiram o surgimento de várias "entidades ecologistas", mesmo que tenham sempre falado no "movimento ecologista" - no singular - como se ele fosse constituído pela soma destas entidades e unitário, no sentido de que todas partilhavam de uma mesma intenção: instaurar uma visão ecológica sobre o mundo.

As análises mostraram-nos o quanto eles se diferenciavam. Alguns surgiram para defender causas específicas; outros, como a ADFG, direcionavam suas ações a grupos restritos (às mulheres donas de casa); o Kaa-Eté congregava uma categoria específica de sujeitos - os estudantes do ensino médio; até dentro da AGAPAN os interesses eram diferenciados (alguns membros preocupavam-se com salvamento das baleias, outros/as queriam divulgar suas pesquisas acadêmicas, outros/as, ainda, preocupavam-se com as populações indígenas etc).

Esta pulverização de intenções vislumbrada nos movimentos ecologistas da década de setenta se explicitou com alguma clareza, quando constatamos o número de entidades que assinaram, em 1985, um panfleto que articulava a campanha internacional contra o uso de agrotóxicos e em defesa de uma agricultura ecológica. Eram elas na ordem de assinatura: ADFG- Amigos da Terra (Consciência e Ação); AGAPAN (A vida sempre em primeiro lugar); ANAI (A salvação do índio está na consciência do branco); Associação Ecologista Em Nome do Amor à Natureza; Cooperativa Colméia (Ecologismo no dia a dia); Grupo Ecológico Deite na Grama; Grupo Ecológico Kaa-Eté (Não deprede a mata virgem), MEI (Seja ativo na defesa da vida) e o Movimento Ecológico Pró-Vida.

É interessante atentar para os nomes das entidades representadas e para as palavras de ordem que as caracterizavam. Estavam vinculadas a quatro conceitos principais: natureza, vida, consciência e ação. Este entendimento nos permitiu construir uma caracterização sobre o que se constituiu no educativo-ambiental neste período: um conjunto de ações que levaria as pessoas à conscientização sobre as melhores formas de se relacionarem com o ambiente natural e, dessa forma, protegerem a própria continuidade da vida.

Os discursos catastróficos circulantes naquele momento vincularam os movimentos ecologistas à necessidade de proteger a natureza e a própria continuidade da vida no planeta. Assim, a conscientização das pessoas sobre os problemas ambientais passou a ser vista como um importante objetivo a ser implantado pelos movimentos. De modo semelhante aos outros movimentos de contestação do período, este processo desencadeou-se em ações desenvolvidas, principalmente, nas ruas - vistas como espaços privilegiados para promover o "despertar das consciências" - e dar visibilidade às reivindicações, no intuito de pressionar as decisões governamentais em relação à tomada de providências a respeito das várias reivindicações que eram feitas.

Um fato ocorrido em 1975, em Porto Alegre, pode ser considerado como um exemplo marcante desses entendimentos: um estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - membro da AGAPAN - subiu em uma árvore para evitar o seu corte que era necessário, segundo uma equipe da administração municipal da época, para a construção de um viaduto. Em torno dele, reuniram-se os manifestantes ecologistas, os operários, as autoridades municipais e de segurança pública. A imprensa deu grande destaque ao fato. Parece-nos que neste ato - pouco pretensioso - articularam-se os ideais de contestação, de proteção ao ambiente natural e de preservação da vida dos futuros habitantes da cidade, ideais esses considerados necessários à conscientização das pessoas.

2.3 - O educativo-ambiental e o consumo: instituindo novos valores

A partir da década de setenta, os movimentos ecologistas apresentavam o consumo como um dos principais causadores do desequilíbrio ambiental. Circulava nos textos e discussões a idéia de que a sociedade caracterizava-se pelo consumo, o que, por sua vez, promovia formas de comportamento indesejáveis para a sustentabilidade do ambiente natural. O ato de consumir era visto como algo a ser controlado, por colocar em risco, além da natureza, a própria sobrevivência humana. Entre os defensores do ambiente instaurou-se a compreensão de que novos valores - não consumistas - e uma nova moral - a ecológica - deveriam ser urgentemente constituídos nas sociedades. Tornava-se, então, necessário desenvolver ações para efetivar a transmissão de tais valores e promover a conscientização das pessoas para a importância de sua incorporação, a fim de viverem sob a égide dessa nova ordem moral.

O educativo-ambiental foi concebido, então, naquele momento, como um processo ligado a essa ação conscientizadora, cujo ideal era alcançar um estágio de conscientização plena, pois,

somente assim, ocorreria a mudança dos valores, das atitudes e da moral de todas as pessoas. Este entendimento educativo-ambiental constituía-se, então, no “fundamento” motivador dos sujeitos para o desenvolvimento de suas ações ecologistas.

Apresentamos abaixo, recortes feitos na obra “Fim do Futuro” Manifesto ecológico brasileiro” de José Lutzemberger, na qual é possível perceber quais falas vinculavam o que estamos chamando de princípio “educativo-ambiental” ao consumo, naquela época:

(...) O progresso do homem moderno não é senão uma orgia de consumo acelerado de capital, com aumento paralelo na vulnerabilidade do sistema. (...) A religião da Sociedade de Consumo, a religião do progresso, (...) promove formas de comportamento que levam a situações desequilibradas, cada vez mais insustentáveis... (...) Estas concepções desenvolvimentistas são muito recentes, surgiram após a guerra de 1939-45, mas decorrem do dogma fundamental que postula a necessidade do ‘crescimento’ ilimitado. Produção, consumo e população não podem parar de crescer. (...) Por isso, o descontrole decorrente de nossas atitudes atuais só terá solução na mudança de atitudes, no reexame de nossos valores, na redefinição de progresso e desenvolvimento. (...) Fundamentalmente, a solução dos problemas ambientais está na educação (Lutzemberger, 1977).

Nestes recortes está presente a idéia do consumo como um mal, que pode e deve ser corrigido através da educação, que circulava nos movimentos ecologistas, bem como, por outras instâncias do social. É importante marcar que uma trama complexa de discursos foi operada na constituição do consumo como uma problemática educativo-ambiental.

Os ideais modernos de conscientização, autonomia, e de alcance de uma moral universal, ligaram-se fortemente aos discursos provenientes da ciência ecológica que enunciavam, através de dados matemáticos, os desequilíbrios causados pela ação humana aos ecossistemas, vistos como espaços em que as populações de seres vivos e o ambiente estavam em equilíbrio e harmonia. Desta trama, também participaram os discursos catastrofistas que atribuíam aos modos de vida e aos valores do homem moderno a responsabilidade de causar danos irreparáveis ao ambiente e de impossibilitar a própria continuidade da vida no planeta. O ato de consumir

emergiu dela como uma das causas da “crise ecológica”, que só poderia ser controlada por um processo educativo conscientizador.

Ao mesmo tempo em que o consumo passou a ser visto como um obstáculo a ser transposto - visão que promovia uma crítica ao paradigma moderno que o criou -, as formas de desencadear esse processo eram concebidas no interior deste mesmo paradigma moderno, através dos ideais de racionalidade, conscientização, autonomia e de constituição de uma moral universal.

Muitas considerações sobre o consumo vão além daquelas que o enxergam, simplesmente, como atrelado a relações de produção e reprodução social – perspectivas freqüentes de análises marxistas sobre o consumo na década de setenta. A perspectiva defendida pelos movimentos contestatórios, como os movimentos ecologistas, relativizaram a soberania da dimensão econômica nas análises sobre o consumo. Acreditamos ser importante apresentar uma perspectiva mais atual que o situe em outra dimensão. Esta pode ser encontrada nos trabalhos de Canclini (1996), que opera suas análises a partir de algumas contribuições da chamada pós-modernidade.

Para este estudioso, o consumo deve ser visto não apenas como aquisição de mercadorias ou objetos, mas, também e, principalmente, como um conceito que envolve processos de comunicação e recepção de bens simbólicos, não podendo ser reduzido a um determinante de comportamentos indesejáveis que devam ser normatizados - tal como foi enunciado na década de setenta pelos movimentos contestatórios como os ecologistas. O consumo passa a ser concebido com uma maior complexidade, pois deixa de ser visto como uma simples apropriação de mercadorias, ao incluir entre estas, as mercadorias culturais - os bens simbólicos.

Segundo Canclini (1996) “o consumo serve para pensar”, no sentido de possibilitar uma ordenação daquilo que desejamos. Para o autor, se o consumo tornou-se um lugar onde freqüentemente é difícil pensar, “o motivo está na liberação do seu cenário ao jogo pretensamente

livre, ou seja, feroz, entre as forças de mercado”. Neste sentido, este estudioso associa-o a um possível exercício de cidadania, construído a partir de um alargamento na política de representações dos bens e mensagens culturais e da ampla participação da sociedade civil nas decisões sobre estas produções simbólicas, materiais e, portanto, políticas.

Tais entendimentos sobre o consumo são considerados no trabalho de Amaral (1997). Em suas análises sobre as representações de natureza na mídia, a autora percebe que são determinadas visões sobre “natureza” e “cultura” que nos são “vendidas” através dos discursos publicitários. Nessa perspectiva, somos interpelados por estes discursos através das representações por eles produzidas e, desta forma, somos levados a “comprar” idéias de supremacia da cultura sobre a natureza, ou mesmo sobre o que é “natural” e “civilizado”.

Nesse olhar, o consumo passa a ser visto como atrelado às práticas de representação. Tudo o que foi ressaltado até aqui permite-nos olhar para os movimentos ecologistas da década de setenta como imersos em ideais modernos. De certa forma, a contestação ao consumo, tramada aos discursos sobre a ecologia, a moral e, também, aos discursos catastróficos, produziu as ações e as impressões sobre o educativo-ambiental na década de setenta. Como enfatizamos ao longo deste item, a reorganização de valores e atitudes foi vista como um objetivo a ser conquistado através da conscientização dos indivíduos.

3 - FALÁCIAS NATURALISTAS

Algumas posturas encontradas no interior dos movimentos ambientalista ou de maiores esforços individuais em atender ao pedido por mudanças na forma como vem sendo articulada iniciativas para preservação do meio ambiente, nos deparamos com limitações existentes na própria essência da transformação positiva ambiental.

O desconhecimento desses fatores permite que se prossiga a prática das chamadas "falácias naturalistas"¹ que, com falsos pressupostos, gera ineficiência, decepção e inocuidades. Usa-se o termo falácia naturalista como algo criado a partir de um fundamento: "a natureza é boa", assim "a natureza deve ser respeitada". Uma tal maneira de encaminhar as coisas, repetidamente observada na história, sempre com o desejo de universalizar uma idéia, mostrou-se uma utopia impossível. Como afirma FRANKENA W. K., em *Ethics*, 1963, um juízo não pode se transformar em fato e, por isso, aquilo que é dito e tido como bom ou como importante pode também ser demonstrado errôneo. Usou-se dessa idéia para discutir os óbices que hoje dificultam a ação ambientalista.

Um dos temas mais comuns para explicar os poucos avanços, a despeito dos enormes esforços das iniciativas ambientais, têm sido os aspectos das externalidades ambientais; ou seja, o fato de a questão ambiental não fazer parte do raciocínio das transações econômicas. (PIGOU A C., 1877/1959, teria tratado essa questão com uma visão bastante inovadora para sua época e FOSTER, B., 1993, num entendimento catastrofista acredita ser impossível a internalização econômica da questão ambiental)². Tais externalidades também poderiam ser entendidas como resultados não buscados, positivos ou negativos, pela ação econômica. Assim, a poluição industrial é uma externalidade, consequência da produção, mas externa ao processo produtivo e

portanto devendo ser socializada. Esse entendimento, ou melhor essa característica do sistema econômico adotado, restringe sobremaneira os esforços que visem a manutenção de um meio ambiente saudável.

A gênese mesmo das atividades econômicas é conflitante aos interesses ambientais, pois a escala com a qual a economia (o mercado, enfim) trabalha é a escala do lucro, e essa deve ser imediata e sempre garantida. Para o meio ambiente, a escala que deve ser adotada é a do Homem e a da sua sucessão (sem entrarmos aqui na idéia de se preservar o meio ambiente pela sua própria existência, o que exigiria uma escala infinita e onde nada deveria ser alterado). Mais uma vez, enfim, ter-se-ia um fenômeno para o qual os esforços ambientais não estariam capacitados para solucionar, consideradas as condições imutáveis do problema. É evidente, no entanto, que para fazer frente aos interesses do lucro, correções e incentivos podem ser adotados pelo Estado, mas o que deve ficar claro é que o mercado, por iniciativa própria, não conta com atrativos para agir em prol da conservação da natureza; se o faz é devido a perspectivas de lucro aí vislumbradas (ecoturismo, uso de legislações de incentivo, marketing ecológico,...).

Na perspectiva do lucro, o capital parece muitas vezes até mesmo contrapor-se à interpretação neoclássica de meio ambiente, na qual os avanços do setor produtivo têm um caráter meramente reativo (ocorrendo unicamente devido a perspectivas de lucros ou de coerções do Estado). Na realidade, avanços tecnológicos que garantam ciclos limpos de produção, por exemplo, têm sido procurados para responder a uma maior exigência de redução de custos e de competitividade, fazendo com que o capital proceda de modo ativo, com comprovados ganhos ambientais³. Haveria então uma coincidência de racionalidades: aquela que economiza recursos naturais e reaproveita resíduos e aquela de interesse ambiental que busca minimizar o nível de consumo desses recursos e diminuir o decorrente nível de poluição. Aos interesses ambientais resta pois, potencializar essa coincidência de interesses, dentro dos limites da mesma,

submetendo-se às suas temporalidades e objetivos maiores. Mais uma vez, constata-se os limitantes intrínsecos dos esforços ambientais.

4 - MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA

O fato de o mercado poder ser reativo naquilo que diz respeito a melhorias ambientais, por meio da adoção de novas tecnologia, leva à crença de que essa tecnologia possa tudo resolver. Muitos esforços ambientalistas mesmo se apoiam nesse entendimento. Assim, para o esgotamento de um recurso natural, a tecnologia responde com novas técnicas de exploração e com novos materiais, num ciclo constante de crise e resposta. É evidente que a tecnologia tem dado uma resposta positiva a inúmeros problemas ambientais. No entanto, é evidente também que a tecnologia não consegue resolver a finitude dos recursos naturais enquanto bem natural. Substitui bens e materiais no mercado, mas não em nível de natureza; corrige desequilíbrios entre oferta e demanda, mas não objetiva a manutenção da biodiversidade.

Apesar disso, ao se atualizar as idéias de SCHUMPETER, J. ALOIS (1883-1950), vê-se que os avanços tecnológicos não poderiam ocorrer em decorrência de uma preocupação ambiental, mas sim, e simplesmente, pelo fato de que esses são o centro mesmo do processo capitalista. De qualquer modo, esses avanços sempre viriam no sentido de "correções", pois não cabe ao mercado planejar. É claro, pois que não se pode pensar transformações substanciais a partir dessa premissa.

Esse é tipo de falácia tecnológica que leva a um outro tipo de discussão que seria a da suposição de que os recursos legais hoje disponibilizados para os profissionais que trabalham com meio ambiente possam garantir mudanças positivas. Apesar da extrema validade desses instrumentos, não seria lógico entendê-los como suficientes; acreditando que, por serem tecnicamente consistentes, são capazes de, independentemente de outros fatores, transformar realidades.

A legislação ambiental brasileira tem sido repetidamente considerada como uma das mais completas e avançadas. Do mesmo modo, tem-se repetido o seu fracasso na prática: "De modo geral, podemos observar uma grande disparidade entre retórica e realidade: a legislação ambiental brasileira acompanhou a evolução da experiência internacional e dotou-se de novos instrumentos, extremamente sofisticados. Assim, essa legislação é das mais avançadas do mundo"⁵. Acredita-se pois poder contar com um apoio legal, mas que, em efeito, apresenta resultados limitados; provocando mais uma vez um falso entendimento de se estar trabalhando no sentido de avanço das preocupações ecológicas.

Os exemplos de legislações ambientais não cumpridas ou apenas respeitadas parcialmente são inúmeros. Dentre as diversas causas que estariam na gênese desse problema (desde o despreparo das instituições responsáveis pela sua aplicação até a desinformação por parte da população de seus direitos), deve ser ressaltada a completa separação entre os objetivos dessa legislação e aqueles expressos em políticas de desenvolvimento. É evidente que um dos papéis principais da legislação ambiental é o de coibir ações predatórias das atividades econômicas; ao se definir regras para um desenvolvimento econômico, essas devem ser coerentes com aquilo afirmado na legislação.

Desse modo, tem-se, de um lado, uma legislação meramente reparadora, de outro, uma ação econômica que conflita com esse objetivo. Tal causa seria um problema inerente da legislação - por isso devendo ser ressaltada - frente a qual os interesses ambientais e seus representantes teriam poucas condições de embate. Assim, ao mesmo tempo em que o Estado disponibiliza uma legislação avançada, o governo influencia a economia no sentido dos tradicionais modelos de crescimento fundamentados em padrões de grande consumo e de grande produção. Desse modo, aquilo que deveria ser um forte instrumental de apoio (e parcialmente

tem sido), transforma-se em uma falácia legal: ideal no objetivo, respaldada juridicamente, mas de difícil consecução, gerando, portanto, falsas expectativas.

5 - A MÍDIA COMO VEÍCULO DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL

Prosseguindo na discussão daquilo que poderia produzir falsos alentos para os esforços ambientais, vale lembrar a inserção da questão na grande mídia. Sobretudo durante a Eco-92, muitos pensadores foram unânimes em afirmar que a questão ambiental começava enfim a ser discutida de maneira abrangente, parecendo constituir-se em uma das preocupações mais importante da sociedade.

Sem dúvida, a democratização da discussão de um problema relevante é um avanço no encaminhamento da sua solução. O que impressiona é que muitas das características mais sérias desse problema não conseguem inserir-se na discussão mais popular. Evidentemente, popularizar uma discussão não significa dar-lhe a necessária profundidade. Ao contrário, corre-se o risco de ocorrer uma pasteurização do assunto; insistindo-se nos seus aspectos mais superficiais.

Muitas ações tidas como ecológicas, incapazes de reconhecer esse problema, reforçam a fragilidade da discussão ao defender, por exemplo, iniciativas individuais, sem contudo inserir o problema em nível de crise social. Apesar disso, muitos dos esforços das ações ambientalista são dirigidas ao indivíduo, como participação em programas de coleta seletiva de lixo, programas "praia limpa", campanhas comunitárias de revegetalização de matas ciliares, projetos de arborização urbana envolvendo estudantes de primeiro grau, ... Todas ações importantes, sem dúvida, mas que não colocam a discussão ambiental em nível de profundidade necessária, ou o que talvez seja mais maléfico, disfarçam a essência da questão.

Assim, aquilo que é difundido na mídia e, a partir disso, difundido, em larga escala, estrutura-se, na maioria das vezes, na solução de problemas pontuais, sem jamais poder-se repensar o todo. A dificuldade com que se politizou o conceito de sustentabilidade é um outro

exemplo de como a popularização do tema pode ter contribuído para confusões conceituais e dificuldades de se partir do discurso à prática. Sustentabilidade, do modo como tem sido inserida na discussão ambiental, continua sendo um modelo válido apenas para comunidades pequenas, como se globalização e a maior interdependência regional de aglomerados urbanos não fosse uma realidade irreversível, mesmo quando as condições para tal sejam cada vez mais limitadas. Estariam aí para exemplificar iniciativas bastante sérias como programas alternativos de produção rural, programas municipais de hortas caseiras, oficinas de produção de papel reciclado, dentre outros.

Igualmente, a busca da sustentabilidade da maneira como está sendo discutida teria, pois sérias dificuldades de ser aplicada nos espaços urbanos. Por natureza, tais espaços são complexos e abertos, com limitações intrínsecas para a adoção de conceitos de sustentabilidade ambiental e, quando inseridos em processos de metropolização, de conceitos de que no "pequeno" estariam as soluções.

6 - MEIO AMBIENTE E LEGALIDADE

Um outro aspecto que deve ser considerado é uma evidente incompatibilidade de princípios entre aquilo que é afirmado internacionalmente, em acordos multilaterais das nações, e aquilo que é adotado ou defendido internamente aos estados nacionais. No cenário internacional valem, em termos conceituais, aquilo assinado nas cartas de consenso, como a Agenda 21, Agenda Habitat, Conferências sobre o Clima Global ou mesmo o discurso de agências financiadoras internacionais (responsáveis por um grande volume de transformações no espaço urbano, por exemplo).

Tais documentos se especializam em defesas inquestionáveis, muitas vezes sem especificar o aspecto concreto para a realização das mesmas (com exceções como a da própria Agenda 21 que estabelece prazos e valores para as mudanças). Entretanto, o que se quer discutir aqui é que sempre repousam suas propostas numa necessária capacitação do Estado para que esse possa agir enquanto mediador de interesses e distribuidor de riquezas (aspectos entendidos como fundamentais para o encaminhamento de questões ambientais). A Agenda 21, por exemplo, fala repetidamente na necessária erradicação da pobreza; ora, é evidente que o capital privado, por iniciativa direta, não se propõe a soluções nesse sentido, cabendo ainda ao Estado um papel preponderante.

Políticas do Banco Mundial, igualmente, insistem na importância de se capacitar as instituições governamentais no sentido de otimizar os recursos investidos e garantir a continuidade das ações implementadas (para tanto, aumentam os recursos investidos na rubrica desenvolvimento institucional). Todavia, se essa valorização do Estado se dá em nível internacional, em nível de políticas internas, as ações são contrárias. Aí, a idéia do Estado

mínimo continua se fortalecendo, deixando em descoberto importantes áreas que necessitam de um agente mediador de interesses e distribuidor de riquezas. A defesa de que o Estado deveria se ausentar de atividades que seriam melhor encaminhadas pelo setor privado parece ter-se ampliado para áreas essenciais como planejamento estratégico e questões ambientais. Como exemplo, vale citar que um Estado com sua estrutura reduzida, dificilmente será capaz de servir-se de recursos legais de monitoramento, por ele mesmo criado, para mitigar os impactos das atividades econômicas sobre o meio ambiente.

A implantação da Agenda 21 local é um outro exemplo que tem exigido a ação do estado - no caso a instância municipal - um papel mais decisório e que para o qual não tem podido responder convenientemente. Documentos do Banco Mundial que procuram explicitar os princípios de sua atuação repetem posições semelhantes. Quando da inversão de recursos dessa instituição em países tomadores de empréstimos, as exigências serão, entretanto, sempre no sentido da descentralização administrativa e política, com o maior repasse possível de poder de decisão ao setor privado (nesse discurso, sempre nomeado sociedade).

Fica evidente pois a dificuldade de se ensaiar esforços com objetivos ambientais em nível local, sobretudo aqueles que resultam de posições decididas internacionalmente e fundamentadas num papel preponderante do Estado; situações que mostram uma realidade muito mais limitada. Assim, as demandas continuam a ser encaminhadas ao Estado e dele continuam a ser exigidos melhores instrumentos (financeiros, técnicos e humanos) para o trato ambiental, quando, na verdade, esse se quer cada vez mais reduzido. Tal fato significa que inúmeros esforços ambientais ainda se vêem obrigados - por absoluta falta de outro canal receptor de críticas - a se dirigirem ao Estado, exigindo medidas que esse já não tem mais condições de tomar de modo eficiente.

A discussão sobre a dificuldade de se aplicar documentos internacionais em realidades locais (não se importando aqui com a necessária adaptação dos mesmos para atender a especificidade) leva ainda a pensar sobre as verdadeiras características da interdependência observada quanto à preocupação ambiental. Apesar de se poder pensar que a época contemporânea, caracterizada por amplo espectro de interdependência internacional (sendo o meio ambiente um importante exemplo), pudesse impor decisões internacionais em estruturas nacionais, o raciocínio deve ser outro.

De fato, a existência de uma intrincada interdependência, sustentada em padrões de um determinado sistema internacional, indica restrições aos países em administrar suas realidades. Se isso pode indicar cooperação, pode levar também a conflitos. Se há alguns avanços no trato da crise ambiental entre os países (ajuda técnica e financeira, por exemplo), é evidente que restam compromissos a serem melhor definidos (biodiversidade e níveis de emissão de gás carbônico). Tais conflitos, e tanto outros, é de se esperar que continuem existindo, não tanto pelas particularidades ambientais de cada país, mas sobretudo, e isso é muito importante, pelas diferentes facetas sociais que estão na base da chamada crise ambiental. Se assim não o fosse, seria mais fácil, com o discurso da terra constituindo um ecossistema comum, atingir equilíbrio de interesses.

Mais uma vez, tem-se que a crise não é ambiental e sim social. Por mais paradoxal que possa parecer, a dificuldade em os Estados Unidos corresponder aos anseios relativos à biodiversidade teriam razões semelhantes às do Brasil em respeitar a Mata Atlântica: em nenhum dos casos, a causa do problema é ambiental, mas sim social e econômica. As conseqüências, essas sim podem ser consideradas ambientais.

Ainda quanto aos limitantes de se trabalhar apoiado em documentos hoje considerados guias da ação ambientalista, vale lembrar que esses são pensados numa defesa do meio ambiente global,

como que repetindo o conceito talvez onírico de um planeta como uma nave mãe, onde as ações são extremamente interrelacionadas não ao modo sócio-econômico, mas tão-somente como uma interdependência orgânica.

Tais idéias universais, sem discutir aqui a totalidade de suas coerência, cada vez mais se mostram pouco assimiladas pela população que convive com cada vez mais sérios problemas ambientais locais. O exercício ambientalista passa pois mais uma vez por problemas de base. Servindo-se de instrumentos que se querem globais, devem fazer frente a problemas que se expressam localmente. A pouca assimilação por parte da população da Agenda 21, e menos ainda da Agenda Habitat II, recentemente, mostram a falácia desses documentos enquanto instrumentos de transformação. Corretos no conteúdo, paradoxalmente podem se constituir em dificuldade quando do trabalho ambientalista. Heidegger (1889-1976) antecipa essa questão: "Quando eu penso, eu penso em minha Floresta Negra, eu penso no real, não no mundo". Além disso, seria difícil construir um modelo conjunto de transformação (o que seria correto) se a sociedade que se tem é aquela que procura a diversidade, o regionalismo, o localismo, sempre exaltando o indivíduo e jamais o homem. É correto afirmar que essas cartas contêm um grande apelo em respeitar os chamados "localismos" (a insistência da Agenda 21 Global para que se estabeleçam processos de Agendas 21 Locais é o melhor exemplo); todavia, ficam estabelecidos, universalmente, os valores, os cronogramas e os objetivos (nem sempre factíveis no nível local).

7 - MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Por último, entre outros aspectos que dificultam a ação ambientalista e que valeriam também ser discutidos, estão as características mesmo de nossa sociedade contemporânea. Se essas características provocaram o surgimento de importantes movimentos ambientalista (pela gravidade da crise que comportam), constituem-se estranhamente em limite sério para a transformação ambiental. Assim, apelos ambientais perdem-se no enfrentamento de características como a de uma cultura marcada pela questão material e pelo perfil individualista.

Acredita-se mesmo na idéia de uma "avenida estreita", onde é estreito o espaço para mudanças e onde se observam repetidas recusas do homem em transformar-se. Esse fato pode mesmo nos levar a perguntar se não existe uma opção tomada pelo homem quanto à, por exemplo, industrialização e à urbanização (fenômenos considerados concretos da crise ambiental). Um pacto não explicitado, mas observado nos seus resultados. Como numa fábula de Fedro, "o homem é assim". Desse modo, os avanços obtidos serão sempre marginais, uma vez imutáveis essas características. Tentativas mesmo de reverter essa situação, constituindo-se em reações pontuais, sem nenhuma chance de alterar o quadro estruturante. Ficaram, pois ultrapassadas as tentativas consideradas alternativas, não pela não-validade de suas propostas, mas sobretudo por uma dificuldade em deixarem de ser alternativas e constituírem-se em hegemônicas.

Desse modo, o que se impõe hoje ao movimento ambientalista é um modelo de sociedade que cada vez mais se consolida, a despeito da conscientização da crise ambiental decorrente e da impossibilidade de se manter o consumo sempre crescente de recursos não renováveis.. Do mesmo modo, o aspecto individualista da sociedade coloca, mais uma vez, a cartilha

internacional de reversão ambiental, sempre apoiada numa solidariedade inter e intranacional, em posição de fragilidade. Novamente, os esforços ambientalista teriam suas condições de luta limitadas: aqueles em nome de quem atua parecem não estarem disponíveis para a mudança proposta, ou seja, de adotarem os verdadeiros meios para atingi-la.

Os itens discutidos acima, evidentemente, não se encerram no modo como foram apresentados. Propositadamente, não se elencou aqui os ganhos até então obtidos com os esforços de grupos e individuais para uma transformação ambiental. Isso não significa, em hipótese alguma, que esses ganhos não tenham uma importância enorme, ao contrário. O que se buscou é iniciar uma discussão que possa otimizar os grandes esforços que têm sido realizados.

CONCLUSÃO

O surgimento dos movimentos ecológicos revelam uma preocupação crescente com as condições ambientais. Nas nações industrializadas passa-se, de um lado, a constatar uma deterioração da qualidade de vida afetando a saúde tanto física quanto psicológica dos habitantes das grandes cidades; e de outro lado, os estudos ecológicos começam a tornar evidente que a destruição - e até a simples alteração - de um único elemento num ecossistema poderia ser nocivo ou mesmo fatal para o sistema como um todo.

Isso vem confirmar a hipótese, que já se levantava, de que havia riscos sérios em manter um alto ritmo de ocupação, invadindo e destruindo a natureza sem o devido conhecimento das implicações que isso traria para todas as espécies de vida do planeta.

Até por volta da metade do século XX, somou-se ao conhecimento científico da Ecologia um movimento ecológico voltado para a preservação dos ecossistemas intocados pelo homem, o que era visto muitas vezes como uma preocupação poética de visionários, uma vez que pregavam o afastamento do homem desses espaços, inviabilizando sua exploração econômica.

A importância da conscientização dos problemas de preservação dos diferentes ecossistemas do planeta é um fator vital para nossa própria sobrevivência e das gerações futuras. O Brasil, além de ser um dos maiores países do mundo em extensão, possui inúmeros recursos naturais de fundamental importância para todo o planeta. O país é dono de uma das maiores biodiversidades do mundo, tendo ainda uma riqueza cultural vinda da interação entre os diversos grupos étnicos, o que traz contribuições para toda a comunidade. Parte desse patrimônio cultural consiste no conhecimento, ainda pouco divulgado, dos ecossistemas locais, conhecimento este que deve ser respeitado e estimulado em seu desenvolvimento.

No entanto, a forma como os recursos naturais e culturais brasileiros vem sendo tratados é preocupante. Poucos produtores conhecem ou dão valor ao ambiente específico em que atuam. Muitas vezes, para se extrair um recurso natural, perde-se outro de maior valor, como tem sido o caso da formação de pastos em certas áreas da Amazônia. Com freqüência também a extração de um bem (minérios, por exemplo) traz lucros somente para um pequeno grupo de pessoas, que muitas vezes nem são habitantes da região, e que levam a riqueza para longe e até para fora do país, deixando em seu lugar uma devastação que custará caro à saúde da população e aos cofres públicos.

Além disso, a degradação do ambiente construído no qual se insere a população brasileira também é razão de ser deste tema. A fome, a miséria, a injustiça social, a violência e a baixa qualidade de vida da grande maioria da população brasileira são fatores que pertencem ao meio humano, sendo assim, parte fundamental da questão ambiental.

Nesse contexto, muito se tem afirmado sobre a importância de se educar os futuros cidadãos brasileiros para que, enquanto empreendedores, venham a agir de modo responsável e com sensibilidade, preocupando-se com a conservação de um ambiente saudável no presente e para o futuro; e enquanto participantes do governo ou da sociedade civil, saibam cumprir suas obrigações, exigir e respeitar os direitos próprio e os de toda comunidade, tanto local como internacional.

Educar para o meio e educar a partir do meio não são propostas novas no Brasil.

No entanto, com a popularização da problemática ambiental, há uma mudança de postura a respeito da educação voltada a essa questão. Desde o início da década de 70, começa uma preocupação pelo menos implícita com a Educação Ambiental, em vários setores ao mesmo tempo: nas universidades e centros de pesquisa, nas escolas, nas organizações não governamentais, nas associações de moradores, nos sindicatos. Muitas vezes esse movimento se

dá junto com as lutas por democracia, direitos humanos e melhores condições de vida. Um importante passo é dado, a partir de 1988, quando a Educação Ambiental passa a ser exigência constitucional. Porém, como se trata de um conhecimento novo e inovador, até meados da década de 90 não se tem ainda definido um perfil para a Educação Ambiental em termos nacionais.

Por outro lado, hoje o Brasil é considerado um dos países com maior variedade de experiências em educação ambiental, liderando iniciativas com características originais e que, muitas vezes, se associam à intervenções na realidade local.

A Educação Ambiental vincula-se diretamente com o exercício da cidadania na medida em que trata das questões relativas ao ambiente humano, o que envolve o trabalho e a busca de soluções para problemas sociais como a fome e a violência. A compreensão do termo "ambiente" envolvendo o universo social humano é fundamental para que se possa desenvolver um ambiente saudável e para a formação de uma sociedade realmente justa, especialmente ao questionar qual tipo de desenvolvimento que interessa a todos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, M. B. **Representações de natureza e a educação pela mídia**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. Dissertação. Mestrado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CARVALHO, I.C.M. **As transformações na cultura e o debate ecológico: desafios políticos para a educação ambiental**. In: PADUA, S. M., TABANEZ, M. F. (orgs.) *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: IPE, 1997.

CARVALHO, I. C. M., SCOTTO, G. (coords.) **Conflitos sócio-ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 1995. CARVALHO, I. C. M.; SCOTTO, G. (coord.) *Conflitos sócio-ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBASE, 1995

REVISTA EDUCAÇÃO AMBIENTAL – Suplemento número 2 , ano-9, maio/agosto 2000.

REVISTA EDUCAÇÃO AMBIENTAL – Ano 08 número 02 , maio/agosto 1999.